

Aceitação do autoritarismo num contexto brasileiro em 2015: índícios de um código social autoritário

João Wachelke & Alyssa Magalhães Prado

Resumo

O fenômeno do autoritarismo é avaliado em perspectiva psicossocial como um código cultural sobre relações sociais políticas. O trabalho relata dois estudos realizados em 2015 numa cidade média do interior do Brasil, em que adolescentes e adultos responderam a questionários sobre a submissão às autoridades, aceitação de lideranças e obediência. Análises de frequências das respostas e de identificação de perfis permitiram concluir que é predominante a aceitação de ideias autoritárias, ainda que se rejeite o uso do termo ditadura. Adultos distinguem-se dos adolescentes por maior apoio a lideranças religiosas. A discussão discorre sobre a rejeição da ditadura por sua conotação negativa, ainda que se apoiem práticas e ideais autoritários, e pauta-se pela interpretação da vigência de um código social autoritário no período da pesquisa que, se generalizado, permite explicar a compatibilidade de escolha eleitoral presidencial posterior.

Abstract

The authoritarianism phenomenon is assessed in a psychosocial perspective as a cultural code on political social relationships. The paper reports two studies carried out in 2015 in a middle sized city from countryside Brazil, in which adolescents and adults completed questionnaires about the submission to authority, acceptance of leadership and obedience. Response frequency analyses and the identification of profiles allowed to conclude that there is a predominance of the acceptance of authoritarian ideas, even if the use of the term dictatorship is rejected. Adults contrast with adolescents by the higher support of religious leaders. The discussion deals with the rejection of dictatorship by its negative connotation, though authoritarian practices and ideals are supported, and also concerns the interpretation of an authoritarian social code in the time of the study which, if generalized, makes it possible to explain the compatibility of the later choice in the presidential election.

Dentre os regimes de governo e modos de organização da sociedade, o autoritarismo é um padrão de relações sociais pertinente, presente em diversos governos e que suscita interesse por parte das pessoas e também da academia. Em que sentido se pode dizer que há um governo ou comando autoritário de uma nação ou instituição? O que se quer dizer com isso? As pessoas apoiam ou rejeitam sistemas com características autoritárias? Há diferenças no modo de conceber e na aprovação de sistemas desse tipo conforme a posição que as pessoas ocupam na sociedade brasileira? Aqui apresentamos um estudo exploratório acerca do apoio ou rejeição populares ao autoritarismo em amostras de estudantes secundaristas e adultos numa cidade de médio porte do interior do Brasil realizadas no passado recente – 2015. Trata-se de um contexto delimitado, mas que pode inspirar interpretações acerca da cultura nacional nos tempos atuais e prever possibilidades futuras. Dentre as diversas acepções do autoritarismo, trabalhamos com o autoritarismo de direita (*right-wing authoritarianism*), estudado em psicologia social como sistema de crenças com origem social a respeito das relações políticas.

Numa concepção popular, o autoritarismo pode ser entendido como uma característica ou atitude pessoal ou de um Estado em que há um conjunto de diretrizes tomadas que indicam obediência, a ausência e invasão da liberdade do cidadão do meio social e ao sustento de algum tipo de ordem. Em termos acadêmicos, Stoppino (1998, p.92) define como autoritários regimes que “... privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas”. O autor complementa a definição destacando a eliminação da oposição e outras manifestações sociais alternativas ao regime, que tem pelo menos sua expressão reduzida.

Contribuição importante vem da psicologia social, por parte de Adorno, Frenkel-Brunswik, Devinson e Sanford (1982), que buscaram as raízes de sistemas autoritários em uma configuração disposicional individual, com sede em cidadãos comuns: a personalidade autoritária, que designam como potencial fascista individual, seria caracterizada por um sentimento antidemocrático, marcado por tendências como pensamento fortemente convencional, submissão a autoridades e poder, agressividade autoritária, superstição, estereotipia, obstinação, destrutividade social e cinismo. Essas características, dentre outras, eram caracterizadas no nível individual por meio de um questionário psicométrico – o termo técnico mais preciso seria escala psicométrica (ver Pasquali, 2010) – chamado “Escala F”, nomeada a partir da letra inicial de “fascismo”.

Após a Escala F, seguiram-se trabalhos empíricos sobre o assunto, dentre os quais pode-se incluir a escala RWA (*Right-Wing Authoritarianism*), voltada para o autoritarismo de direita. Esse conceito diz respeito a um construto pessoal e atitudinal – marcado por

preferências aprendidas socialmente –, caracterizado como tendência pessoal a apoiar sistemas sociais autoritários marcados por submissão ao poder entendido como legítimo na sociedade e agressividade e repressão a grupos sociais divergentes em relação às autoridades e aos padrões sociais dominantes (Altemeyer, 1981, 1996). Existe também o autoritarismo de esquerda; no entanto, trata-se de fenômeno cuja existência documentada na literatura acadêmica é reduzida, restringindo-se a grupos sociais específicos e extremistas, como anarquistas ou partidos de extrema esquerda (Altemeyer, 1996; Barros, Torres e Pereira, 2009; Van Hiel, Duriez e Kossowska, 2006).

O debate em torno da direita e esquerda é complexo e polêmico. No trabalho de Madeira e Tarouco (2011) isso se esclarece quando os autores discutem o sentido de mapeamento que as posições assumem, dependente do momento político e contexto, variando entre um sentido mais econômico (por exemplo a defesa de privatizações x a defesa de políticas públicas) ou mais político-ideológica (por exemplo a defesa ou não da ordem e costumes). Na história do debate, entendeu-se que para uma utilização com parcimônia dos conceitos era necessária uma atenção sobre as experiências históricas de cada local, além desse olhar sobre seu sentido mais econômico ou social. Os autores pressupõem que a resposta desse dilema se encontra justamente na cautela com as prováveis “*local policy dimensions*”.

Para nossos fins, o autoritarismo de direita permitirá operacionalização do estudo de tendências autoritárias em amostras brasileiras de adolescentes e adultos, mas não daremos atenção à discussão de oposição entre as noções de direita e esquerda, entendendo que, apesar de suas peculiaridades, modos autoritários de pensamento podem ser compatíveis com ideias das duas polaridades do espectro político. Enfocaremos especialmente sentenças que expressem a tendência a se submeter às autoridades. Apesar desse posicionamento, os referenciais e resultados de pesquisa estão alinhados com as dimensões políticas locais, consideradas indispensáveis num estudo que reflete os códigos culturais da sociedade brasileira.

Há estudos internacionais que vem obtendo relações empíricas da RWA com apoio a hierarquias entre grupos na sociedade, a orientação à dominância social (Zakrisson, 2005) e alguns tipos de preconceito (Manganelli Rattazzi, Bobbio e Canova, 2007). Em ambos os estudos, não houve associação entre o autoritarismo de direita e o gênero das pessoas investigadas.

No Brasil, Vilela (2012) procurou identificar e comparar, dentro do contexto organizacional, o grau de autoritarismo em organizações do Estado de Minas Gerais em operários e gerentes de quarto nível e apresentou, como resultado, um grau de orientação do autoritarismo similar em todos os grupos, com exceção dos gerentes do setor industrial, que obtiveram resultados estatisticamente abaixo aos demais. Cavalcanti (2016) investigou

a associação entre autoritarismo de direita, discriminação frente às religiões afro-brasileiras, preconceito racial, teologia da prosperidade, o tipo de religião e religiosidade e a discriminação. A autora concluiu que nem racismo nem teologia da prosperidade entropõem-se entre o tipo de religião e religiosidade e a discriminação contra as religiões afro-brasileiras; o que se insere aí é o autoritarismo de direita. Sousa (2016) caracterizou a influência de aspectos como sexo, idade, *locus* de controle, adesão ao duplo padrão tradicional, religiosidade e autoritarismo em atos e ações homofóbicas. Seus resultados apresentaram associações estatisticamente significativas entre graus mais altos de autoritarismo, adesão ao duplo padrão tradicional, religiosidade, externalidade do *locus* de controle e a persistência de comportamentos e ações negativas frente a gays e lésbicas, tendo os dados demonstrado periodicidade maior dessas negativas em homens e nos mais velhos. Por fim, Gonçalves (2017) pesquisou o discurso político violento e sua intervenção no voto e envolvimento nas campanhas por parte do eleitorado, realizando uma análise do autoritarismo dos cidadãos e seu engajamento na política. O estudo apresentou associação positiva entre discurso político violento e intenção de voto e envolvimento na campanha, além de confirmar a interferência do perfil autoritário do eleitor e o grau de seu envolvimento com política na sua intenção de eleição e engajamento na campanha.

Barros, Torres e Pereira (2009) constataram predominância de explicações fortemente psicologizantes do autoritarismo, e buscaram realinhar a investigação para configurações psicossociais. Questiona-se o modo como o autoritarismo foi tratado inicialmente como uma característica da personalidade, optando-se pela sua concepção de fenômeno que se modifica de acordo com certos contextos políticos e que é mediado por fatores como a identidade social. A adesão a sistemas de valores também possui grande importância, pois são determinantes na organização das atitudes e são uma base para a construção e manutenção de sistemas políticos. Em pesquisa realizada junto a universitários de Goiânia, observaram que o autoritarismo teve relação positiva com valores materialistas e negativa com os valores hedonistas.

Neste trabalho, não nos interessa abordar o autoritarismo de direita como uma propriedade pessoal, mas como código cultural. Nos termos da semiótica de Eco (2002), um código diz respeito a regras de correlação entre sistemas de significação. Em termos mais precisos, trata-se de um código de conotação – ou subcódigo –, que se baseia em códigos mais básicos, como a linguagem. A equivalência de que trata o código do autoritarismo diz respeito a conceitos sobre relações sociais políticas, como por exemplo as lideranças, formas de governo e valores, atribuindo-lhes certas propriedades.

A instabilidade política brasileira de anos recentes trouxe maior projeção às análises sobre a cultura brasileira e sua repercussão histórico-social para a vida dos brasileiros. Na sociologia, Souza (2015) reinterpreto definições clássicas do Brasil e sua cultura, a fim de

criticar como essas estão na base da crença de um país deturpado por “natureza”, em oposição a sociedades modelo como os Estados Unidos. Esse processo estaria na base da construção científica do nosso país e influenciaria diretamente na oposição criada entre Estado corrompido e mercado íntegro. A corrupção, um dos temas recorrentes do cenário político, torna-se instrumento de enganação e manipulação por uma elite, especialmente da chamada classe média, fascinada pela promessa do mérito individual como fonte de bem-estar e riqueza ao invés dos privilégios de nascença. Schwarcz (2019) mais recentemente produziu textos que se voltam justamente para o que chama de autoritarismo brasileiro. A autora envereda por caminho distinto de Souza (2015), especialmente por ainda compreender a relevância dessas definições clássicas, para ilustrar, o patrimonialismo. Elege, em seu livro de resposta ao momento, práticas ligadas a escravidão e racismo, mandonismo, corrupção, desigualdade, raça e gênero, violência, intolerância, como estritamente relacionadas ao movimento autoritário que vem sendo percebido por especialistas. Nesta toada, entende o nosso presente repleto de passados, no qual será posta em contexto uma guerra de narrativas. A tese da autora ruma para a compreensão de um Brasil desde sempre autoritário e intolerante, o que resulta em uma democracia sempre em risco e que necessita de uma constante vigilância cidadã.

Em meio a essa disputa de narrativas, vai se fortalecendo o que chamaremos das políticas do medo. Na pesquisa conduzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) no relatório “Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil” em 2017, realizou-se uma investigação com foco na segurança pública em 130 municípios. Os resultados da pesquisa apontam justamente para uma sociedade amedrontada, abrangendo todas as posições do espectro político. Contudo, os rumos para a solução do problema envolvem projetos diferentes, inclusive a opção por um Estado autoritário.

O objetivo do trabalho é caracterizar a vigência de códigos culturais relacionados ao autoritarismo em brasileiros de uma cidade do interior do Brasil, e suas relações com a inserção das pessoas na sociedade a partir de variáveis como gênero, escolaridade – indicador de posição social, na medida em que operacionaliza capital cultural que dá acesso a condições de vida e também disposições de pensamento (Bourdieu, 1986, Wachelke, 2018) e faixa etária. Para a consecução desses objetivos, foram realizados dois estudos exploratórios, um com adolescentes e outro com adultos.

O estudo apresentado data de 2015, portanto período que já retrata o andamento de crise nacional brasileira, que tem como marco inicial as manifestações de 2013. Segundo Singer (2013), estas expressavam descontentamento de amplos setores da população, envolvendo as classes médias tradicionais e trabalhadores precários, especialmente jovens. O movimento passou por algumas fases com motivações e lideranças diferentes, e foi

interpretado como tendo como denominadores comuns rejeição ao desempenho do Estado e à baixa qualidade dos serviços públicos e combate à corrupção.

O jornalista Piero Locatelli (2013) explicita em seu livro reportagem essas fases. Conferimos destaque a sua atuação como jornalista, pois o mesmo reitera sua função não como história concreta, mas como presença daquilo que viu, viveu e pesquisou no dado momento. Cada parte de seu texto aborda um protesto, somando-se sete. No primeiro, é possível perceber amplo destaque ao Movimento Passe Livre, suas inspirações, seu crescimento e organização frente a uma demanda específica: a diminuição do preço da passagem e a luta pela tarifa zero. Apresenta especialmente como a narrativa dos primeiros atos era construída na grande mídia com os protestantes no papel de vândalos. Os terceiros e quarto atos marcam explicitamente a violência da segurança do Estado contra os manifestantes, inclusive aos transeuntes e jornalistas que estavam acompanhando o movimento. A partir daí, ocorre uma virada, com a grande mídia rechaçando a brutalidade policial e as classes médias promovendo apoio e buscando estar nas ruas. Com isso, novas demandas de insatisfação passam a vir à cena, demonstrando frustração com a política nacional. Começam a existir os conflitos com as bandeiras partidárias, com ações como pichações e quebra de espaços e, por conseguinte, com a meta inicial alcançada - a revogação do reajuste da tarifa em São Paulo - o clima se intensifica não mais com a polícia, mas entre os próprios manifestantes. Compreendemos as movimentações de 2013 justamente como campo de disputa, analisando que muitas ramificações foram se desenvolvendo, com os atos “Não vai ter Copa” durante os acontecimentos esportivos de 2013 e 2014, o movimento MBL – Movimento Brasil Livre, organizando manifestações e solidificando o lugar da internet para a política, entre elas fortemente direcionadas à saída do PT do poder, a organização petista frente aos movimentos contra sua atuação política, as ocupações secundaristas no fim de 2015 e início de 2016, entre outros. Obviamente, todos esses se inclinam por posições distintas, ainda assim, a irrupção de 2013 possui suas raízes fincadas no que seriam os enfrentamentos adiante.

Gradativamente uma pauta de rejeição ao governo da presidente Dilma Rousseff tornou-se uma das vozes marcantes do movimento. Conforme Gomes Silva (2016), com a crise de 2008 exacerbaram-se conflitos entre os setores sociais do Brasil, e segmentos da classe política e sociedade civil (mídia, igrejas neopentecostais) encabeçaram um movimento para retirar do poder o governo de centro-esquerda do PT, o que permitiria restringir avanços de classes populares e minorias. Para a autora, o Brasil tem cultura fortemente marcada pelo autoritarismo, com longos períodos de governos ditatoriais no Século XX alternados com regimes democráticos não plenos quase sempre viabilizados pela composição parcial com setores autoritários envolvidos com o poder, como partidos políticos, empresários urbanos e agrícolas. Uma das análises mais célebres da cultura

brasileira é a de Faoro (2012), que trata do autoritarismo ao identificar a relação das classes dirigentes brasileiras, especialmente a política, com a posse do Estado brasileiro, tratando-o como coisa privada.

Com a inquietação social originada em 2013, houve movimento liderado por esses setores e parcelas da população alinhadas a eles que gerou uma série de manifestações públicas em 2015 contra o governo. O processo culminou com o *impeachment* de Dilma Rousseff, ascensão ao poder do vice-presidente Michel Temer e posterior eleição de governo de direita alinhado com os militares, setores religiosos e apoio empresarial, na figura de Jair Bolsonaro. No início do governo, a rejeição de negociações com o Congresso, rejeição de pautas de minorias e apoio ao armamento da população, bem como repúdio ao ensino de humanidades e ciências humanas indicam proximidade com o autoritarismo. Já antes das eleições Braz (2017) ressaltou a prevalência do autoritarismo na política brasileira, e afirmou que o processo de impedimento marcara o fim de ilusões democráticas, prevendo o fortalecimento de setores conservadores e antevendo medidas associadas ao autoritarismo, como o apoio a iniciativas de intervenção em conteúdos escolares, na forma do movimento Escola sem Partido.

Portanto, o presente estudo relata resultados de estudos realizados no contexto de concretização do impedimento que possibilitou a consolidação de um projeto autoritário posteriormente. Entender os modos com que os participantes de pesquisa de 2015 se relacionam com indícios de autoritarismo pode fornecer elementos para uma compreensão adequada do momento presente. Os adolescentes tinham cerca de 16 anos à época da coleta de dados, o que indica que teriam idade para votação obrigatória posteriormente, e com os adultos foram consideradas algumas faixas etárias diferentes. Não apresentamos um estudo com amostragem probabilística que permita generalização estatística, mas coletas com participantes diversificados com quantidade razoável de pessoas, que fornecem quadros do pensamento social e político numa cidade importante do interior brasileiro.

Aspectos metodológicos

Para fins de clareza, referimo-nos ao estudo com os adolescentes como Estudo 1 e o estudo com a população adulta como Estudo 2. Em ambos houve amostras não-probabilísticas, determinadas por convites aos participantes e suas disposições em colaborar com a pesquisa.

No Estudo 1, houve um total de 817 participantes, todos estudantes matriculados na 2ª série do Ensino Médio de sete escolas de Uberlândia – MG, sendo quatro da rede pública e três escolas particulares. O perfil da amostra teve alguma predominância de estudantes do sexo feminino (447, ou 55%). A média de idade foi de 16 anos. Para avaliar a posição social dos participantes, foi-lhes perguntado o nível de escolaridade de suas mães, que

conforme Buchmann (2002) é bom indicador do nível de escolaridade atingido futuramente. Observou-se que 39% dos participantes tinham mães que haviam concluído o ensino médio ou equivalente (antigo Segundo Grau), enquanto que as mães de 36% haviam diploma de nível superior e 25% concluíram no máximo até o equivalente ao Ensino Fundamental (antigo Primeiro Grau).

Os participantes do Estudo 1 completaram um questionário auto-aplicado em horário de aula no segundo semestre de 2015, após contato com direções das instituições de ensino, agendamento com professores e manifestação prévia de acordo de seus pais por meio do recolhimento de termo de consentimento livre e esclarecido. O questionário tratava de várias temáticas sociais, solicitando aos participantes majoritariamente opiniões. No caso do presente estudo, interessam oito sentenças inspiradas na temática da submissão à autoridade da escala RWA de Altemeyer (1981, 1996), em língua portuguesa, reformuladas para os propósitos do estudo e compreensão de adolescentes. As sentenças foram as seguintes (siglas identificadoras entre parênteses): “geralmente, as autoridades têm razão no que dizem” (s1), “movimentos sociais são formados por baderneiros” (s2), “obediência é a coisa mais importante que as crianças devem aprender” (s3), “precisamos de um líder forte que coloque o país nos eixos” (s4), “a lei e a ordem têm que ser mantidas a qualquer custo” (s5), “os líderes religiosos são as pessoas mais respeitáveis da sociedade” (s6), “a sociedade precisa de pessoas que contestem, desafiem as tradições” (s7), e “em certas circunstâncias, uma ditadura pode ser melhor que a democracia” (s8). Pelo teor das sentenças e as proposições que expressam, é possível perceber que somente s6 indica posição contrária à do autoritarismo, enquanto todas as demais comunicam ideias compatíveis com a submissão às autoridades. Mesmo assim, é necessário levar em conta que à época da coleta de dados os participantes poderiam interpretar que a tradição diria respeito ao governo de esquerda à época, posição política que já estava no poder há 13 anos, e nesse sentido contestar tradições poderia ser entendido como uma alternativa de direita autoritária.

O Estudo 2 foi um levantamento de dados realizado também na cidade de Uberlândia no mesmo período (segundo semestre de 2015), em locais públicos, como praças, e portas de residências de diversos bairros. Houve uma amostra de 1.226 participantes, todos adultos de 23 a 55 anos de idade. A média de idade dos participantes foi de 37 anos, e houve predomínio de mulheres ($n = 674$ ou 55%). Houve mais participantes com Ensino Superior em andamento ou concluído (49%), seguidos por outros que haviam concluído o Ensino Médio (36%), e os que terminaram no máximo o Ensino Fundamental foram minoria (16%). Em termos da faixa etária, 33% tinham de 23 a 30 anos de idade, 29% de 31 a 40 anos e 39% de 41 a 55 anos.

O procedimento de pesquisa do Estudo 2 foi a aplicação de uma entrevista estruturada, isto é, uma equipe de pesquisadores registrou oralmente respostas fechadas a um questionário. Devido ao tempo breve de coleta, para evitar perturbar participantes que se encontravam em trânsito para suas atividades cotidianas, foram incluídas, entre outras informações, apenas as sentenças s1, s2, s6 e s8 já mencionadas.

Nos dois Estudos, havia cinco opções de resposta: “discordo”, “discordo, mas não muito”, “concordo, mas não muito”, “concordo”, e “?”. A última opção foi utilizada por participantes que não sabiam se posicionar. As respostas dessa modalidade às sentenças foram inferiores a 3% e não comprometeram as análises estatísticas utilizadas. Contudo, foram considerados somente os dados de participantes que tivessem dados completos de idade, sexo e escolaridade. Agrupamos as respostas de discordância e concordância de modo a lidar apenas com duas modalidades gerais (“discordo” – D e “concordo” – C); essa fusão se justifica pelo nosso interesse apenas na tendência geral. Porém, sem a opção de concordância ou discordância parcial, possivelmente alguns participantes relutariam em expressar apoio ou divergência categóricos em relação a algumas sentenças.

Resultados

O propósito da análise de dados realizada foi identificar padrões de opinião acerca de temáticas de submissão à autoridade inspiradas na escala RWA, e avaliar a relação desses padrões com a inserção social dos participantes em termos de sexo, escolaridade e, no caso do Estudo 2, faixa etária. Para essa finalidade, realizamos análises de clusters no programa R, um ambiente de computação estatística (R Core Team, 2019). Essa análise agrupa casos – aqui, participantes – a partir de semelhanças em variáveis. No presente estudo, foram as respostas às sentenças sobre autoritarismo. Com uma medida de distância entre as respostas, é gerada uma matriz que permite a um algoritmo identificar os padrões semelhantes, que são agrupados em clusters, operacionalização do padrão que se deseja identificar.

A matriz de distâncias empregada foi a distância de Gower (Gower, 1971), que lida bem com dados nominais e não é prejudicada por dados omissos em baixas proporções. Os clusters foram derivados pelo método aglomerativo da distância de Ward, a partir do pacote cluster (Maechler, Rousseuw, Struyf, Hubert e Hornik, 2018).

No Estudo 1, com adolescentes, informações de diagnóstico (ver Kassambara, 2017) indicaram uma solução com 5 clusters, a que nos referiremos de modo equivalente como perfis de resposta. A Tabela 1 apresenta as respostas absolutas e percentuais dos participantes de cada perfil de resposta, bem como a composição em termos de sexo e escolaridade da mãe dos estudantes. Chama a atenção que os perfis têm quantidades de participantes próximas (n) entre si.

O Cluster 1 apresenta maior proporção de estudantes com mães que concluíram estudos universitários, em comparação com a proporção geral da amostra. Trata-se, portanto, de um perfil com relação um pouco mais próxima com capital cultural. Observando suas respostas, há nítida rejeição de ideais autoritários, com exceção das divisões de respostas acerca de líderes fortes e manutenção de lei e ordem (s4 e s5). Esse cluster é o mais numeroso no Estudo 1 e tem postura antiautoritária. Porém, o exame dos demais perfis de resposta aponta que todos os outros clusters apresentam apoio pelo menos moderado às ideias autoritárias.

O segundo perfil mais numeroso em termos de participantes, o Cluster 4, aponta concordância quase consensual com as opções autoritárias de sete das sentenças, apenas rejeitando o regime ditatorial claramente. A composição social aproxima-se da amostra geral. Sua posição pode ser sintetizada como o apoio a um Estado e governo firmes, que todavia preservem a democracia.

O Cluster 2 nega às autoridades razão e não dá avaliação diferenciadamente positiva a líderes religiosos (s1 e s6), mas defende que obediência infantil é essencial, bem como a liderança e manutenção de lei e ordem. Discordam que movimentos sociais sejam baderneiros, mas em contradição aparente não desejam setores contestadores. Também rejeitam o regime ditatorial condicional. Destaca-se a baixa escolaridade materna de mais de um terço dos participantes com esse perfil. Sua posição parece ser a de um conservadorismo pessoal, desligado aparentemente de grupos sociais e de poder.

O Cluster 3 é de conservadores que buscam mudança social, haja vista que à época de coleta o governo de Dilma Rousseff, associado com setores da esquerda e centro, estava no poder. Ligeira maioria flerta com a ditadura em certos cenários (s8), julgam positiva a contestação da situação (s7) e não conferem autoridade especial a líderes religiosos. Prezam por lideranças, obediência e regras claras. O Cluster tem composição em que se destacam adolescentes do sexo masculino, em predomínio; e participantes com baixa escolaridade materna, também em proporção relativamente elevada.

Tabela 1. Clusters formados a partir de respostas de participantes do Estudo 1 a sentenças sobre autoritarismo.

Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3		Cluster 4		Cluster 5	
C%	D%	C%	D%	C%	D	C%	D	C%	D
				%		%		%	

s1. autoridades razão	5	95	4	96	100	0	6	94	30	70
s2. mov. baderneiros	6	94	12	88	15	85	15	85	14	86
s3. obediência crianças	14	86	79	21	81	19	99	1	99	1
s4. líder forte	68	32	89	11	95	5	10	0	10	0
s5. lei ordem mantidos	57	43	84	17	97	3	80	20	84	16
s6. líderes religiosos	9	91	37	63	18	82	7	93	10	0
s7. contestadores	99	1	1	99	81	19	94	6	93	7
s8. ditadura melhor	9	91	25	75	43	57	30	70	2	97
SEXO										
<i>Masculino</i>	75 (41%)		51 (42%)		65 (60%)		124 (43%)		55 (47%)	
<i>Feminino</i>	109 (59%)		71 (58%)		44 (40%)		162 (57%)		61 (53%)	
ESCOLARIDADE										
<i>Fundamental</i>	33 (18%)		44 (36%)		36 (33%)		68 (24%)		24 (21%)	
<i>Médio</i>	67 (36%)		42 (34%)		35 (32%)		122 (43%)		55 (47%)	
<i>Superior</i>	84 (46%)		36 (30%)		38 (35%)		96 (34%)		37 (32%)	
n	184		122		109		186		116	

O Cluster 5 também é um perfil que indica oposição ao governo do momento da pesquisa, discordando talvez da autoridade então governante e de deslegitimação de movimentos sociais, defendendo a contestação e rejeitando uniformemente a possibilidade de ditadura. Simultaneamente há apoio consensual às demais posições autoritárias. Chama a atenção que os participantes desse Cluster são os únicos a atribuírem importância central a lideranças religiosas.

Ainda que sejam identificáveis diferenças importantes, mais chamativas ainda são as semelhanças. Há apoio claro de quatro perfis à importância da obediência como valor a ser ensinado, e de todos os perfis a lideranças fortes e respeito às leis e ordem. Há rejeição da ditadura como regime, e reconhece-se importância da contestação e de movimentos sociais. Quatro perfis também questionam as versões dos fatos de autoridades, naquele momento. Ou seja, em síntese, antes de passar ao Estudo 2, mais que variações entre os participantes, sublinha-se a importância de sua concordância: os estudantes investigados aprovam

aspectos de liderança, respeito a regras e hierarquia, e expressam descontentamento com autoridades, defendendo ideias compatíveis com mudanças sociais.

A Tabela 2 apresenta os resultados referentes ao Estudo 2. Houve uma segmentação mais simples em três clusters, seguindo critérios equivalentes ao do Estudo 1. A primeira percepção é que os resultados dos adultos são diferentes dos adolescentes do Estudo 1. Dois perfis, a maioria da amostra, não consideram que a obediência é o que há de mais importante a ser aprendido por crianças (s2). Outro contraste é o apoio majoritário à declaração de que líderes religiosos são as pessoas mais respeitáveis (s6). Há posições mais divididas na contestação às autoridades, e rejeição à ditadura de dois perfis.

O Cluster A (nomeado com letra para evitar ambiguidade com números do Estudo 1) apresenta adesão à obediência como valor e às lideranças religiosas, e suporte parcial à ditadura em certas circunstâncias e ao discurso de autoridades. Há uma concentração maior que a geral da amostra de participantes da faixa etária de 41 a 55 anos, mais velhos. É a posição mais conservadora e religiosa.

Tabela 2. Clusters formados a partir de respostas de participantes do Estudo 2 a sentenças sobre autoritarismo.

	Cluster A		Cluster B		Cluster C	
	C%	D%	C%	D%	C%	D%
s1. autoridades razão	44	56	27	73	22	78
s2. obediência crianças	100	0	20	80	0	100
s6. líderes religiosos	100	0	0	100	94	6
s8. ditadura melhor	35	65	8	92	37	63
SEXO						
<i>Masculino</i>	152 (47%)		138 (41%)		262 (46%)	
<i>Feminino</i>	174 (53%)		195 (59%)		305 (54%)	
ESCOLARIDADE						
<i>Fundamental</i>	89 (27%)		12 (4%)		93 (16%)	

<i>Médio</i>	125 (38%)	69 (21%)	243 (43%)
<i>Superior</i>	112 (34%)	252 (76%)	231 (41%)
<hr/>			
FAIXA ETÁRIA			
23-30	89 (27%)	143 (43%)	167 (29%)
31-40	85 (26%)	93 (28%)	174 (31%)
41-55	152 (47%)	97 (29%)	226 (40%)
<hr/>			
n	326	333	567
<hr/>			

O Cluster B é marcado pela escolaridade mais elevada proporcionalmente, bem como presença de estudantes mais jovens, presumivelmente estudantes universitários e formados há menos tempo. Há rejeição majoritária das quatro posturas autoritárias investigadas.

Por fim, o Cluster C diz respeito a quase metade dos participantes. Pode-se dizer, portanto, que é o posicionamento que reflete o mais comum da amostra. É um híbrido dos perfis anteriores: apoio às lideranças religiosas, rejeição à ideia de obediência como essencial, rejeição majoritária às ideias das autoridades, e predomínio não tão marcante da rejeição à ditadura. Ou seja, o perfil mais frequente na amostra está alinhado com uma contestação que preza por valores religiosos, mas não considera a obediência infantil tão importante.

Ainda que o Estudo 2 não tenha abordado tantas sentenças quanto o Estudo 1, os aspectos em comum que perpassam a maior parte dos participantes são uma discordância do que dizem as autoridades – e, portanto, possível apoio a uma postura contestatória – e respeito a lideranças religiosas.

Discussão

Os resultados dos dois estudos apontam para um código social que é seletivo em termos de adesão e rejeição a ideias autoritárias. Não parece estar em jogo o entendimento do autoritarismo unidimensional da submissão à autoridade da RWA. Estudos psicométricos e psicossociais do fenômeno apresentam evidências de que ele compreende mais de uma dimensão (Duckitt, Bizumic, Krauss e Heled, 2010, Etchezahar, 2012, Manganelli Rattazzi, Bobbio e Canova, 2007, Vilanova, De Sousa, Koller e Costa, 2018)), mas tendem sempre a identificar uma dimensão de submissão à autoridade, que cobre satisfatoriamente as sentenças empregadas no presente trabalho. No entanto, os resultados

dos estudos aqui relatados indicaram variações internas a essa dimensão, o que nos leva a questionar a adequação de se considerar a estrutura dimensional da RWA para os fins de uma compreensão mais refinada de preferências da amostra do estudo ou, pelo menos, a considerar que a avaliação de padrões a aspectos isolados possa ser mais produtiva nesse processo interpretativo.

O contexto histórico deve ser lembrado para a inteligibilidade dos padrões identificados. Havia clima de descontentamento nacional com o governo do PT, e portanto é necessário entender que o apoio a contestadores e movimentos sociais e desaprovação da posição das autoridades vigentes diz respeito à preferência por governo diferente e mudança, isto é, é compatível com o autoritarismo na medida em que se deseja outro governo – provavelmente, muitos desejavam um governo como o que viria a se eleger em 2018, do presidente Jair Bolsonaro, associado com a direita. Em termos de movimentos sociais, há frequente identificação com setores populares e temáticas vinculadas à esquerda (para mapeamento e análise da pluralidade de movimentos desse tipo, ver Gohn, 2013), mas houve crescimento importante de movimentos sociais também associados a temáticas da direita nacional, como o Movimento Brasil Livre – MBL e Vem Pra Rua, que tiveram papel importante na mobilização de massas da população no processo de *impeachment* e eleição do governo Bolsonaro (Gallego, 2019, Messenberg, 2017). Assim, apoiar movimentos sociais e contestação da ordem vigente, nesse caso, corresponde provavelmente também a apoiar movimentos de oposição naquele momento que defendiam um governo mais autoritário.

Há rejeição da ditadura, mas possivelmente isso se deva mais pela conotação negativa do conceito e do regime histórico ditatorial brasileiro pós-64, pelo menos em termos superficiais. Especialmente entre jovens, Sá, Castro, Möller, Perez e Bezerra (2008) identificaram condenação das práticas associadas ao período de ditadura na memória histórica de moradores do Rio de Janeiro.

No entanto, a rejeição à noção de ditadura por seu caráter negativo não implica a reprovação de práticas autoritárias, mas somente desaprovação à identificação dessas práticas com a associação semântica explícita de ditadura. Rouquette (1994), na França, observou que participantes de pesquisa demonstraram simpatia por ideias nazistas quando não sabiam sua proveniência, isto é, quando se dizia que eram ideais de um partido político; quando as sentenças eram atribuídas ao nazismo, a rejeição é absoluta. Desse modo, a rejeição à ditadura não é contraditória, ou pelo menos não é vivenciada assim, mesmo que análises possam identificar características autoritárias no regime de governo atual, desde que se busque dissociá-lo do rótulo de ditadura. A significação psicológica é o que importa para cada participante – e potencial eleitor ou cidadão –, e esta é da ordem do pensamento social que preza pela manutenção de autoestima, relações sociais e razão prática (sobre o pensamento social, ver Rouquette, 1973; 2009), e não do raciocínio lógico ou análise

supostamente objetiva. O atual governo, por exemplo, em meio a polêmicas relacionadas à simpatia pelo período militar, responde buscando retomar pontos positivos como supostos menores índices de violência ou fazendo referência ao que chamam de governos ditatoriais de esquerda, sendo o mais citado atualmente, o venezuelano.

Outras indicações de concordância com ideias autoritárias na amostra do Estudo 1 – sentenças que não foram abordadas no segundo estudo – , são também informativas: a aprovação de figuras de liderança fortes e tendência legalista de respeito à lei e ordem. Trata-se de preferências, no código social que vai se revelando com a análise, plenamente compatíveis com a narrativa encadeada de *impeachment* seguida pelo perfil eleitoral associado a Bolsonaro.

A partir de 2013, como relatado, houve agitação social que culminou com a derrocada do governo petista, substituição por um governo neoliberal do presidente Michel Temer, empossado após o impedimento de Dilma Rousseff, e consolidação de novo projeto político de direita, com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, considerado por muitos como um político autoritário. As duas etapas, impedimento e eleição do projeto político de Bolsonaro dada sua reputação, atendem sequencialmente aos dois aspectos tratados: primeiramente, a retirada do poder de Dilma Rousseff foi vivenciada como um processo legal, previsto na normalidade jurídica e política do país. Narrativas midiáticas e entendimento de setores centrais da sociedade brasileira defenderam uma interpretação legalista do que ocorria (Campos e Cardoso, 2017; Rizzotto, Prudencio e Sampaio, 2017), mas houve lutas discursivas, contrastando essa versão, representadas na disputa de se o processo teria sido um golpe de Estado, leitura que permanece para amplos setores da população (Jinkings, Doria e Cleto, 2016; Passos e Baptista, 2018). No entanto, não houve força política, jurídica e popular suficiente para bloquear ou reverter o processo, indicando a legitimidade, na população, da interpretação legalista. O questionamento sobre se a ex-presidente teria cometido crime de responsabilidade para justificar o impedimento é algo concreto, mas houve esforço de realizar o processo por vias que pudessem ser enquadradas em regulamentos, permitindo refutar parte de eventual resistência ao ocorrido, atendendo a valores sociais como os observados no Estudo 1.

Na eleição subsequente, Bolsonaro apresentou-se como candidato representante da antipolítica, fora do *establishment*. A carreira no exército, a trajetória como parlamentar com ações e opiniões polêmicas e a comunicação de campanha deram-lhe conotação de postulante a líder decidido e não-influenciável, disposto a não negociar com políticos corruptos (Dibai, 2019). Tradicionalmente, a imagem da política no Brasil é de corrupção (Wachelke, & Hammes, 2009), o que atingiu novos patamares de contaminação da reputação da classe política com a irrupção midiática de processos de corrupção revelados por uma grande linha de investigação da Polícia Federal, a Operação Lava-Jato. Num contexto de

rejeição ao governo petista, o viés autoritário demonstrado neste trabalho encontrou sua destinação no voto em Bolsonaro, entendido como liderança forte antipolítica.

Em relação a escolaridade, Schwarcz (2019) relaciona desigualdade social com a educação e afirma a existência de um déficit educacional no Brasil, que possui raízes históricas e estruturais e persistem reproduzindo e aumentando as exclusões e problemas sociais. Entre os resultados, a escolaridade materna fundamental e média prevaleceu entre os grupos mais autoritários. No entanto, a educação superior não ficou tão distante, o que podemos problematizar recorrendo a Souza (2015), em sua análise de uma classe média facilmente seduzida pelas promessas ilusórias da elite.

A religiosidade também é aspecto relevante na adesão ao pensamento autoritário. Na medida em que o discurso religioso trata do divino absoluto e do que deve ser glorificado ou repudiado, do que leva à salvação ou condenação (Orlandi, 1996), mostra-se compatível com certos tipos de autoritarismo que defendem adesão quase-religiosa à liderança, e uma divisão do mundo entre apoiadores-aliados e opositores-inimigos de um regime. No Brasil, as igrejas neopentecostais vem se tornando mais representativas como credos da classe trabalhadora (Datafolha, 2016), marcadas por fortes laços comunitários e redes de apoio (Arenari e Torres, 2012). Além dos traços já mencionados, a candidatura de Bolsonaro buscou atrelar sua imagem à da religião cristã (Mariano e Gerardi, 2019), e essa associação, tomada em conjunto com as demais propriedades que já analisamos aqui, confluem para explicar parte do desfecho eleitoral.

Ainda nesse ponto, é importante marcar a principal diferença entre os resultados dos dois estudos, isto é, entre adolescentes e adultos: o apoio às autoridades religiosas. Adolescentes e adultos mais jovens discordaram da importância de líderes religiosos, isto é, pastores, padres e similares. Em contraste, adultos mais velhos chancelaram essas lideranças. Essa diferença não deve ser ignorada, mas é necessário também apontar que pode ser reflexo do momento de vida por que passam: há estudos que apontam para a maior importância pessoal de valores conservadores no ciclo da vida (Gouveia, Milfont, Vione e Santos, 2015), aspectos ligados ao respeito à tradição e normas que costumam estar relacionados à religiosidade (Santos, Guerra, Coelho, Gouveia e Souza, 2012), e também explicam a maior adesão de pessoas mais velhas à aspectos da religião organizada. Permanece então a dúvida acerca de se os dados corroboram a perda de importância das lideranças religiosas em gerações mais novas, ou meramente efeito de um fenômeno de desenvolvimento psicossocial, com pessoas mais velhas valorizando mais e pessoas mais jovens menos ligadas à religião. De todo modo, os resultados contribuem para o entendimento de valorização das conexões religiosas para as relações sociais no recorte cultural brasileiro estudado, em contraste com pensadores da pós-modernidade como

Bauman (2001) e Lipovetsky (2005), que argumentam pelo esvaziamento da religião como instância identitária relevante.

Considerações finais: o código autoritário brasileiro como ética das relações

Este trabalho encontra-se limitado em termos estritos ao contexto em que foi realizado e às condições do delineamento de levantamento de emprego, evidentemente. Buscamos a partir de inferências elencar generalizações interpretativas que esperamos ser profícuas para indicar caminhos a seguir na investigação. Somos conscientes de que haveria percursos alternativos para dar conta da inteligibilidade dos resultados, mas apresentamos a seguir nosso entendimento do fenômeno abordado.

A constatação de conotação autoritária de um processo de impedimento e de um governo presidencial, ambos com apoio da população, podem gerar perplexidade. A democracia, em diversos aspectos antítese de propostas autoritárias, tende a ser aprovada como modo de organização político da sociedade, e isso contradiria a aceitação de um regime autoritário. É tentador levantar hipóteses de que uma configuração social de aprovação ou passividade seria resultante de despolitização, de trabalho persuasivo enganador, de falta de pensamento crítico, algum engodo desse tipo.

Contudo, um trabalho reflexivo sobre os resultados aponta, em vez disso, a concordância de diversos adultos e adolescentes do contexto uberlandense a ideais ligadas teoricamente com o autoritarismo, em todas as camadas sociais investigadas. É esse código que permite interpretar relações sociais e políticas e expectativas associadas a elas, é a explicação do mundo social que lhe dá sentido e autoriza a concluir que, se pelo menos em hipótese se pode assumir que o contexto uberlandense investigado se assemelha a parte da realidade brasileira, o voto em um candidato representado como líder firme, rígido no cumprimento de leis e próximo de lideranças religiosas, não é somente possível como provável. O código social de apoio ao autoritarismo que subjaz às respostas e lhes dá integração é um fator explicativo do apoio à candidatura Bolsonaro, pois esta atende seus requisitos.

Na imagem do brasileiro caloroso e simpático, parece ser contraditório pensar num código de autoridade, numa ética da autoridade – se por ética se entendem os sistemas descritivos e prescritivos de relações interpessoais de uma comunidade. Mas interpretações históricas do brasileiro ressaltam seu caráter hierárquico, como por exemplo a estratégia do “sabe com que está falando” descrita por DaMatta (1997), em que alguém de classe privilegiada faz saber sua posição social para quebrar regras impessoais de igualdade, ou em passado ainda mais distante, mas permanente, a história de relações de subjugação escravista, que teve impacto no pensamento de intelectuais brasileiros, como analisado por Skidmore (2012). Há o convívio de facetas de diversidade e alguns hábitos igualitários com

um modelo de vida autoritário e hierárquico, num espírito passional – o sentido de cordialidade indicado por Holanda (1995). Devido à polarização política e crise dos últimos anos, o código de autoridade pode ter tomado o primeiro plano. Análises metassemióticas futuras, isto é, análises do efeito de condições sociais e históricas no fortalecimento ou enfraquecimento da vigência desse código, poderão indicar determinantes dessa saliência e movimentos posteriores.

Referências

- Adorno, T., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J., Sanford, R. N. *The authoritarian personality*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1982.
- Altemeyer, B. *Right wing authoritarianism*. Winnipeg: University of Manitoba Press, 1981.
- Altemeyer, B. *The authoritarian specter*. Massachusetts: Harvard University Press, 1996.
- Arenari, B., e Torres, R. “Os batalhadores e o pentecostalismo: um encontro entre classe e religião”. In *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2ª ed.*, organizado por J. Souza, 311-348. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- Barros, T. S., Torres, A. R. R., e Pereira, C. “Autoritarismo e adesão a sistemas de valores psicossociais”. *Psico USF* 14, no. 1 (2009): 45-57.
- Bauman, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Bourdieu, P. “The forms of capital”. In *The handbook of theory and research for the sociology of education*, organizado por J. Richardson, 241-258. Westport: Greenwood, 1986.
- Buchmann, C. “Measuring family background in international studies of education: conceptual issues and methodological challenges”. In *Methodological advances in cross-national surveys of educational achievement*, organizado por A. Porter e A. Gamoran, 150-197. Washington: National Academy Press, 2002.
- Braz, M. “O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário”. *Serviço Social & Sociedade* no. 128 (2017): 85-103.
- Campos, M. M. e Cardoso, V. A. R. “Impeachment: uma análise do enquadramento noticioso da Folha de S. Paulo”. In *Anais do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*, Volta Redonda, jun. 2017. Acesso em: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2017/resumos/R58-0336-1.pdf>
- Campos, M. M. e Cardoso, V. A. R. “Impeachment: uma análise do enquadramento noticioso da Folha de S. Paulo”. In *Anais do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*, Volta Redonda, jun. 2017. Recuperado de <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2017/resumos/R58-0336-1.pdf>
- Cavalcanti, A. P. R. *Relações entre preconceito religioso, preconceito racial e autoritarismo de direita: uma análise psicossocial*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- DaMatta, R. *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

- Dibai, P. C. *A direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso de Jair Bolsonaro*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- Datafolha Instituto de Pesquisas. *Perfil e opinião dos evangélicos no Brasil – total da amostra*. Recuperado de <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/12/28/da39a3ee5e6b4b0d3255bfef95601890afd80709.pdf>
- Duckitt, J., Bizumic, B., Krauss, S. W., e Heled, E. “A tripartite approach to right-wing authoritarianism: the authoritarianism-conservatism-traditionalism model”. In *Political Psychology* 31, no. 5 (2010): 685-715.
- Eco, U. *Tratado geral de semiótica*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- Etchezahar, E. “Las dimensiones del autoritarismo: análisis de la Escala de Autoritarismo del Ala de las Derechas (RWA) en una muestra de estudiantes universitarios de la ciudad de Buenos Aires”. *Psicología Política* 12, no. 25 (2012): 591-603.
- Faoro, R. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias*. São Paulo, 2017. Recuperado de http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2019/04/FBSP_indice_propensao_apoioposicoes_autoritarios_2017_relatorio.pdf
- Gallego, E. S. “La bolsionarización de Brasil”. In *Documentos de Trabajo IELAT*, no. 121, abril. 2019. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6914400.pdf>
- Gohn, M. G. *Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- Gomes Silva, I. “A agenda conservadora assume o centro da cena política no Brasil”. In *Lutas Sociais* 20, no. 36 (2016): 140-150.
- Gonçalves, C. P. *Discurso político violento, autoritarismo e envolvimento com política: um estudo experimental*. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade do Grande Rio, Rio de Janeiro, 2017.
- Gouveia, V. V., Vione, K. C., Milfont, T. L., e Fischer, R. “Patterns of value change during the life span: some evidence from a functional approach to values” In *Personality and Social Psychology Bulletin* 41, no. 9 (2015): 1276-1290.
- Gower, J. C. “A general coefficient of similarity and some of its properties”. In *Biometrics* 27, no. 4 (1971): 857-871.
- Holanda, S. B. *Raízes do Brasil*, 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Jinkings, I., Doria, K., e Cleto, M., organizadores. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Lipovetsky, G. *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri: Manole, 2005.
- Locatelli, P. *#VemPraRua: as revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história do movimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- Kassambara, A. *Practical guide to cluster analysis in R. Unsupervised machine learning*. STHDA, 2016.
- Madeira, R., e Tarouco, G. da S. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. In *Revista Pós Ciências Sociais* 8, no. 15 (2011), 171-186.

- Maechler, M., Rousseeuw, P., Struyf, A., Hubert, M., e Hornik, K.). *cluster: Cluster analysis basics and extensions. R package version 2.0.7-1*.
- Maechler, M., Rousseeuw, P., Struyf, A., Hubert, M., & Hornik, K. *cluster: Cluster analysis basics and extensions. R package version 2.0.7-1*. CRAN, 2018.
- Manganelli Rattazzi, A. M., Bobbio, A., e Canova, L. "A short version of the Right-Wing Authoritarianism (RWA) scale". In *Personality and Individual Differences* 43, no. 5 (2007), 1223-1234.
- Mariano, R. e Gerardi, D. A. "Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores". In *Revista USP* 120 (2019): 61-76.
- Messemerberg, D. "A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros". In *Sociedade e Estado* 32, no. 3 (2017): 621-648.
- Orlandi, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1996.
- Pasquali, L. "Escala psicométrica". In *Instrumentação psicológica. Fundamentos e práticas*, organizado por L. Pasquali, 262-272. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.
- Passos, M. R., e Baptista, E. A. "Impeachment versus golpe: a disputa de narrativas no contexto político brasileiro de 2016". In *Revista Eptic* 20, no. 2. (2018): 103-124.
- R Core Team. *R: A language and environment for statistical computing*. CRAN, 2019. Recuperado de <https://www.R-project.org>
- Rizzotto, C., Prudencio, K. e Sampaio R. "Tudo normal: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff". In *Comunicação & Sociedade* 39, no. 3 (2017): 111-130.
- Rouquette, M.-L. "La pensée sociale". In *Introduction à la psychologie sociale*. V. 2, organizado por S. Moscovici, 299-327. Paris: Larousse, 1973.
- Rouquette, M.-L. *Sur la connaissance des masses. Essai de psychologie politique*. Grenoble: PUG, 1994.
- Rouquette, M.-L. "Qu'est-ce que la pensée sociale?" In *La pensée sociale: perspectives fondamentales et recherches appliquées*, organizado por M.-L. Rouquette, 5-10. Toulouse: Érès, 2009.
- Sá, C. P., Castro, R. V., Möller, R. C., Perez, J. A., e Bezerra, F. C. C. "A memória histórica do Regime Militar em três gerações: conteúdos factuais e juízos críticos. In *Psicologia Teoria e Prática* 10, no. 1 (2008): 36-51.
- Santos, W. S., Guerra, V. M., Coelho, J. A. P. M., Gouveia, V. V. e Souza, L. E. C. "A influência dos valores humanos no compromisso religioso". In *Psicologia Teoria e Pesquisa* 28, no. 3 (2012): 285-292.
- Schwarcz, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Skidmore, T. E. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Singer, A. "Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas". In *Novos Estudos CEBRAP* 97 (2013): 23-40.
- Souza, C. P. G. *A influência do autoritarismo e do locus de controlo nas atitudes homofóbicas*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2016.

- Souza, J. *A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.
- Stoppino, M. "Autoritarismo". In *Dicionário de Política*, 10^a. ed., organizado por N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino, 92-104. Brasília, UnB, 1998.
- Van Hiel, A, Duriez, B. e Kossowska, M. "The presence of left-wing authoritarianism in Western Europe and its relationship with conservative ideology". In *Political Psychology* 25, no. 5 (2006): 769-793.
- Vilanova, F., Sousa, D. A., Koller, S. H. e Costa, A. B. "Adaptação transcultural e estrutura fatorial da versão brasileira da escala Right-Wing Authoritarianism". In *Trends in Psychology* 26, no. 3 (2018): 1299-1316.
- Vilela, M. O. *A personalidade autoritária do chão de fábrica à gerência: um estudo aplicando a escala RWA adaptada da escala "F" de Adorno*. Dissertação de Mestrado em Administração, Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- Wachelke, J. "Avaliação de adolescentes sobre a importância de valores para a sociedade: relações com classe econômica e escolaridade dos pais". In *Psychologica* 61, no. 2 (2018): 47-68.
- Wachelke, J. e Hammes, I. C. "Representações sociais sobre política segundo posicionamento político na campanha eleitoral de 2006". In *Psicologia em Estudo* 14, no. 3 (2009): 519-528.
- Zakrisson, I. "Construction of a short version of the Right Wing Authoritarianism (RWA) scale". In *Personality and Individual Differences* 39, no. 5 (2005): 863-872.